

A Revolução do 7 de Abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações

MARCELLO BASILE*

Corte do Rio de Janeiro, 6 de abril de 1831. Uma multidão de cerca de 4.000 pessoas aglomera-se, agitada, no então campo da Aclamação (atual campo de Sant'Ana), enquanto outros tantos indivíduos espalham-se, no mesmo estado de ânimo, pelas principais ruas do centro da cidade. A princípio, protestam contra a atitude tomada pelo imperador, no dia anterior, de substituir o chamado *Ministério dos brasileiros* por outro, composto por antigos titulares áulicos que não contavam com o necessário apoio popular.¹

Motivações mais diversas e profundas, todavia, estavam na raiz do movimento. Este assinala o ápice de uma sucessão de pequenos conflitos de rua e de manifestações de protesto que vinham ocorrendo na Corte ao longo do mês de março e dos primeiros dias de abril. De fato, desde fins de 1830, era bem tensa a situação na cidade. A onda revolucionária que então abalava a Europa – especialmente a revolução que derrubou Carlos X e colocou Luís Filipe no Trono francês – encontrou ampla receptividade na voz dos liberais brasileiros, que insinuavam haver uma associação, ditada pelo imputado caráter *absolutista* do governo, entre o monarca deposto da França e o imperador do Brasil. A notícia deste movimento, chegada em setembro, foi, segundo um documento, “a faísca elétrica que despertou o Brasil” (REVOLUÇÃO DE 7 DE ABRIL DE 1831, s/d). O assassinato do jornalista *exaltado* Libero Badaró, em 20 de novembro, em São Paulo, acirrou mais os ânimos, sobretudo em razão dos boatos de que o suposto mandante do crime, o ouvidor Candido Japiacú (que acabaria absolvido no processo movido na Corte), teria agido por ordem, ou ao menos contando com a proteção, de dom Pedro. Tais acontecimentos foram amplificados pela imprensa, que, cada vez mais virulenta, procurou explorá-los de forma a agitar a opinião pública contra o governo, com a nítida intenção de desestabilizá-lo.² Na Câmara dos Deputados, por sua vez, a maioria

* Doutor em História Social (PPGHIS – U.F.R.J.). Professor adjunto de História do Brasil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar. Pesquisador do Centro de Estudos do Oitocentos / PRONEX - FAPERJ - CNPq: Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro no Século XIX.

¹ O ministério deposto era formado por Bernardo José da Gama (pasta do Império), Manuel José de Sousa França (Justiça), Hollanda Cavalcanti (Fazenda), Carneiro de Campos (Estrangeiros), José Manuel de Moraes (Guerra) e José Manuel de Almeida (Marinha). Já o novo gabinete era integrado pelos marqueses de Inhambupe, Baependi, Aracati e Paranaguá, pelo conde de Lages e pelo visconde de Alcântara, ocupando, respectivamente, as pastas do Império, da Fazenda, dos Estrangeiros, da Marinha, da Guerra e da Justiça.

² Na Corte, o jornal *exaltado O Republico*, redigido por Borges da Fonseca, destacou a função instrutiva

2

liberal recrudescer os seus ataques ao governo, a ponto de, em 30 de novembro, encerrar os trabalhos, em sessão extraordinária, impondo sérias restrições ao orçamento proposto e sem acatar as solicitações de melhoramento do meio circulante. Além disso, crescia o clamor pela execução de reformas constitucionais, como o federalismo, que pusessem freio à autoridade imperial (ARMITAGE, 1981: 205-208; MONTEIRO, 1982: cap. XII do v. 2).

O ano de 1831 iniciava-se, assim, em meio a grandes apreensões e incertezas. Carl Seidler, oficial alemão que estivera à serviço do Exército brasileiro, recorda que, naqueles dias, negros e mulatos percorriam à noite as ruas da capital em magotes de 30 a 50 indivíduos, armados de cacetes e facas, interpelando os transeuntes – preferencialmente portugueses – com a pergunta: *quem viva?*; a resposta esperada era *a Constituição, o federalismo* ou mesmo *a república*, e, logo, “Ai de quem respondesse ‘D. Pedro I’. O infeliz seria incontinentemente morto” (SEIDLER, 1980: 296). Essas movimentações ainda inibiam a facção *moderada* dos liberais quanto à tomada de uma medida mais drástica contra o governo, temendo que tal atitude abrisse espaço para maior participação da população de baixa condição social, sobretudo os escravos. Todavia, diferente era a postura da facção *exaltada*, que, gradativamente, buscava aproximar-se das tropas e mesmo daqueles setores subalternos, certos de não haver outro meio para pôr fim à *tiranía*. O clima agitado favorecia a proliferação de rumores, que eram explorados por ambos os grupos liberais.

A viagem de dom Pedro a Minas Gerais, durante janeiro e fevereiro, a pretexto de conter as agitações federalistas locais, suscitou fortes boatos na Corte, segundo os quais o imperador teria o propósito de preparar um golpe absolutista, planejando a dissolução do Parlamento. Na cobertura que fizeram da viagem, jornais como *O Republico* destacaram a hostilidade com que Pedro I foi recebido pela população em diversas cidades e vilas; como em Barbacena, onde, à sua chegada, os sinos dobraram finados, a pretexto de celebrar as

que a revolução eclodida na França representaria para todo o mundo, pois, “aniquilou esse vil e desprezível princípio de legitimidade” e “provou que – a Soberania reside essencialmente em a nação, e que num país Constitucional o rei nunca foi, não é, e nem será soberano; e sim so é um simples magistrado”; fazia votos, assim, para que a revolução se expandisse por toda a parte, de forma que “o mundo se veja livre dos *tiranos* ou antes dos *ladrões coroados*, que tanto mal têm feito à humanidade” (*O Republico*, nº 17 - 27/11/1830). Mesmo jornais *moderados*, como a *Aurora Fluminense*, redigida por Evaristo da Veiga, também celebraram as jornadas de julho, ao lembrar que “esta recente revolução da França é uma lição de primeira ordem para os Príncipes”, demonstrando que “nada lhes pode garantir a autoridade, se não a firme base da vontade nacional; e que a Nação não gosta de ser oprimida”; ressaltava, ainda, que o acontecimento francês era exemplo das virtudes de um povo, na medida em que “*a resistência não foi manchada por excessos*” (*Aurora Fluminense*, nº 392 - 27/9/1830).

3

exéquias pela morte de Libero Badaró, cujo nome era gritado nas ruas à passagem da comitiva real. A *Proclamação aos mineiros*,³ feita pelo imperador em Ouro Preto, a 22 de fevereiro, soou como um alarma em toda a Corte, parecendo confirmar as suspeitas de golpe.

A *Aurora Fluminense* (nº 460 - 11/3/1831) criticou a proclamação, afirmando que a adoção da federação por meio de reforma constitucional, embora fosse “medida imprudente”, não seria ilegal, como se alegava, e que as circunstâncias que levaram a França à revolução estavam longe de serem peculiares, visto que, no Brasil, “em toda a parte se observa, a respeito do governo o mesmo descontentamento, a mesma suspeita”. *O Republico* (nº 46 - 12/3/1831) foi mais além, e classificou a proclamação de “irrisória, ilegal, inconstitucional, e impolítica”, salientando que “depois da saída do Imperador falou-se muito aqui em golpes de Estado”. Mas o maior ataque partiu de outro jornal *exaltado*, *O Tribuno do Povo* (nº 26 - 31/3/1831), de Francisco das Chagas de Oliveira França, que afirmava ser a proclamação “anticonstitucional, e por isso *criminosa*”, “*traidora, e hostil aos Brasileiros*”, e que o Imperador “não tinha autoridade para pregar contra a Federação, e quando o fez usurpou o Poder Legislativo”; também lembrou que “antes da *viagem traidora* do Imperador a Minas se falava aqui em um *golpe decisivo*, que se pretendia dar em Março”, tendo sido a proclamação “o sinal dado aos *Portugueses do novo Ourique* para o ataque contra os pacientes Cabras”.⁴

Do outro lado, os partidários do imperador, liderados por comerciantes portugueses, prepararam uma grande festa para celebrar seu retorno, a ser realizada no quadrilátero delimitado pelas ruas da Quitanda, dos Ourives (atuais ruas Miguel Couto e Rodrigo Silva), Direita (Primeiro de Março) e das Violas (Teófilo Otoni). Na noite do dia 11 de março teve início as comemorações, com direito a bandas de música, fogueiras, luminárias, girândolas e lençóis nas cores nacionais estendidos nas sacadas das janelas. Os festejos foram vistos pela oposição liberal como ofensa à dignidade nacional, a qual cumpria desafrontar. Prontamente teve início o conflito – as célebres *Noites das Garrafadas* –, que prosseguiu até o dia 16,

³ Nela, dom Pedro denunciava a existência de um “partido desorganizador que, aproveitando-se das circunstâncias puramente peculiares da França, pretende iludir-vos com invectivas contra a Minha Inviolável e Sagrada Pessoa, e contra o Governo, a fim de representar no Brasil cenas de horror”. Alertava para a ilusão das “doutrinas, que tanto têm de sedutoras, quanto de perniciosas”, e conclamava os brasileiros a ajudá-lo a sustentar a Constituição “tal qual existe e Nós Juramos”. Seu principal alvo, os integrantes do tal *partido desorganizador*, eram os publicistas *exaltados*, que “Escrevem sem reboço, e concitam os povos à federação”. A proclamação foi publicada nos jornais e também reproduzida por ARMITAGE (1981: 215) e MONTEIRO (1982: 199-200).

⁴ *Cabras* ou *pés-de-cabra*, eram epítetos depreciativos utilizados pelos portugueses para designar os brasileiros, os quais, por sua vez, chamavam aqueles de *chumbos* ou *pés-de-chumbo*.

4

registrando-se as mesmas cenas de violência. De parte a parte, observam-se provocações, insultos, agressões físicas e quebra-quebras, partindo de grupos bem demarcados, integrados por centenas de pessoas, que se formavam com a mesma rapidez com que se dispersavam, para depois se reunirem novamente em outro lugar, movimentando-se de um canto a outro da zona de conflito, armados de paus, pedras, garrafas, facas e pistolas.⁵ De um lado, vivas eram dados ao *Imperador enquanto constitucional*, à *Assembléia Legislativa*, aos *deputados liberais*, à *soberana nação brasileira*, à *liberdade do gênero humano*, à *liberdade de Imprensa*, à *Federação* ou mesmo à *República*; de outro lado, aclamavam-se o *Imperador absoluto*, *dom Pedro IV*, a *nação portuguesa*, a *Constituição portuguesa* e a *Constituição tal qual foi jurada*. Além de homens brancos de origens diversas, os relatos atestam também a participação ativa de negros e pardos nos distúrbios, vestindo jaquetas e portando chapéus ornados com o laço nacional ou da federação.⁶ Apenas na manhã de 17, os corpos policiais, auxiliados pelos juízes de paz, conseguiram restaurar a ordem, ainda que por pouco tempo.⁷

O conflito, no entanto, produziu efeitos que foram decisivos no desenrolar dos acontecimentos. No mesmo dia 17, um grupo de 23 deputados e um senador reuniu-se na casa do padre Custódio Dias e redigiu enérgica representação ao imperador. Cobravam a punição dos agressores portugueses, visto que “nenhum povo tolera, sem resistir, que o estrangeiro venha impor-lhe no seu próprio país um jugo ignominioso”; e reivindicavam a adoção urgente de medidas que atendessem os desejos dos brasileiros, pois “A confiança que convinha ter no Governo, está quase de todo perdida, e se porventura ficarem impunes os atentados [...]

⁵ Entre os *brasileiros* estavam homens como o boticário Juvencio Pereira Ferreira, o livreiro Silvino José d’Almeida, o estudante Joaquim Antonio dos Santos, os redatores d’*O Republico*, Antonio Borges da Fonseca, e d’*O Tribuna do Povo*, Francisco das Chagas de Oliveira França, o deputado Odorico Mendes, José Maria Monteiro, Antonio Roiz Martins, o capitão do 3º Batalhão de Caçadores, Marianno Joaquim de Sequeira, o tenente do Batalhão do Imperador, Elizario Garces de Araujo, os alferes do 1º Batalhão de Granadeiros, Francisco Joaquim Bacellar, e do 1º Batalhão de Caçadores, Faustino Francisco dos Reis, o alferes de Veteranos, Manoel José de Abreu, o alferes reformado José Alexandre, e o cadete do 23º Batalhão, Luiz Carlos Cardozo Cajueiro. Já entre os *portugueses* estavam indivíduos como Joaquim José de Mello, Francisco Soares, o comerciante José Leite de Souza Bastos, um tal de Franco e outro tal de Cheiros.

⁶ São os casos dos pretos José Honorio, José Bernardes, Antonio José Lopes, Egidio Manoel e Manoel Francisco, e dos pardos Elias de Souza Bonifacio José, Alexandrino Antonio e Albino Joaquim da Costa.

⁷ Todo este relato baseia-se, essencialmente, no processo contido em GARRAFADAS (s/d); e também em *Aurora Fluminense*, nº 462 - 16/3/1831, 463 - 18/3/1831, e 464 - 21/3/1831; *O Tribuna do Povo*, nº 22 - 17/3/1831, 23 - 21/3/1831, 25 - 28/3/1831, e 30 - 5/5/1831; *O Republico*, nº 47 - 16/3/1831, e 48 - 21/3/1831; e *Nova Luz Brasileira*, nº 127 - 18/3/1831. A defesa do corpo do comércio e dos festejos por este organizado, atacando os “*rabiscadores de papel*” e os “*jacobimos, e sans-culottes*” que teriam causado todo o tumulto, é feita por HUM VERDADEIRO CONSTITUCIONAL (1831). Uma análise mais apurada do conflito é feita por RIBEIRO (2002: Introdução) e KATO (1988: cap. IV, em especial pp. 150-161).

5

importarão uma declaração de guerra ao povo brasileiro, de que lhe cumpre vingar ele mesmo, por todos os meios a sua honra e brio”. Por fim, declaravam, ainda em tom ameaçador, que “A ordem pública, o repouso do Estado, o trono mesmo, tudo está ameaçado, se a representação [...] não for atendida”.⁸

Armitage (1981: 220), negociante inglês que esteve no Brasil entre 1828 e 1835, relata que a representação e a notícia das Garrafadas produziram “um efeito elétrico” nas províncias, onde distúrbios ocorreram e se formaram sociedades políticas e milícias cívicas para o esperado confronto. Na Corte, a reação foi ainda mais rápida e contundente, e de nada adiantou a iniciativa imperial de, no dia 20, instituir um ministério composto só de brasileiros, nomear como novo comandante de polícia o major Reis Alpoim e abrir devassa para apurar o conflito, ordenando a libertação dos brasileiros presos então. A *Proclamação aos mineiros* e as *noites de março* foram entendidas como uma declaração de guerra pelos liberais de todas as tendências, afinal convencendo os *moderados* a aderirem de vez às tramas para a derrubada do imperador. Convertia-se, assim, a oposição legal em estado latente de rebelião. Comparando dom Pedro a Nero, *O Tribuno do Povo* (n^{os} 22 - 17/3/1831, e 23 - 21/3/1831, respectivamente) sentenciou: “Assim como Nero acabou, hão de acabar *todos os que se assemelharem*”, conclamando então: “Brasileiros, UNIÃO, OLHO BEM VIVO, E RESISTÊNCIA LEGAL. Se afrouxais, sereis cativos, e o triunfo ficará aos algozes”. Na mesma direção ia a convocação do principal jornal *exaltado* da Corte, a *Nova Luz Brasileira* (n^o 127 - 18/3/1831), redigida por Ezequiel Corrêa dos Santos; após propor a formação de guardas cívicas em cada província, bradou: “Oh do Brasil todo! às armas para sustentar a Constituição!”. Outro periódico *exaltado*, a *Luz Brasileira* (n^o 90 - 30/3/1831), de Silverio Mariano Quevêdo de Lacerda, fazia eco às “folhas Liberais”, pedindo “vingança, e mais vingança, às armas”. Também *O Republico* (n^{os} 47 - 16/3/1831 e 48 - 21/3/1831) fez convocações revolucionárias: “OU LIBERDADE OU MORTE, eis o que toca a todos os

⁸ Assinavam o documento o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e os deputados Evaristo Ferreira da Veiga (que o redigiu), Antonio Paulino Limpo de Abreu, Honório Hermeto Carneiro Leão, José Martiniano de Alencar, Manoel Odorico Mendes, Candido Baptista de Oliveira, José Joaquim Vieira Souto, Venancio Henriques de Resende, Antonio José de Lessa, José Maria Pinto Peixoto, Augusto Xavier de Carvalho, José Custódio Dias, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Francisco de Paula Barros, Baptista Caetano d’Almeida, Manoel Pacheco Pimentel, Antonio Castro Alvares, João Fernandes de Vasconcellos, Antonio José da Veiga, Manoel do Nascimento Castro e Silva, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, e Honorato José de Barros Paim. A representação foi publicada em diversos jornais da Corte e encontra-se também reproduzida por ARMITAGE (1981: 219-220).

6

corações brasileiros”; “está declarada a guerra”; “Fomos agredidos; a resistência à opressão é de direito natural, o Código Criminal a autoriza, e a Constituição”; “Brasileiros, alerta! Estai [sic] armados para resistir à tirania”. Até mesmo a *moderada Aurora Fluminense* (nº 462 - 16/3/1831) concitou: “O sangue correu, e o sangue derramado pede sangue”.

Diante de tantos incitamentos, a agitação tomou conta da cidade. Reuniões secretas, ajuntamentos públicos e conflitos de rua sucediam-se a cada dia, em meio a boatos, cada vez mais verossímeis, de que uma revolução popular ou um golpe de Estado estavam sendo tramados. De fato, várias conspirações estavam já em curso ou ao menos sendo arquitetadas naquele momento. Um grupo de partidários do imperador – a chamada *facção absolutista* –, capitaneado pelo marquês de Paranaguá e por José Clemente Pereira, cogitava dar um golpe de Estado, fechando o Congresso e suspendendo os jornais adversários, visando silenciar a oposição e fortalecer o poder real. Por outro lado, e mais substantivamente, os setores oposicionistas, integrados pelos *liberais moderados* e *exaltados*, embora movidos por interesses diversos, faziam agora causa comum para derrubar o imperador, desenvolvendo suas ações em planos distintos: os primeiros no Parlamento e entre a elite política, e os segundos no espaço público e entre as camadas populares; ambos, todavia, privilegiavam também a imprensa como arena de luta. Além disso, aspirações revolucionárias urgiam, ainda, nos quartéis, onde a alta cúpula militar, sempre mais hesitante, vinha aproximando-se dos *moderados*, e os escalões médios e inferiores atrelavam-se cada vez mais aos *exaltados*.

Neste contexto, as brigas de rua recomeçavam sob qualquer pretexto, especialmente em alguns pontos da cidade, como o largo do Paço (praça Quinze de Novembro), o largo do Moura (Castelo) e a rua da Quitanda. Instigado pelos jornais de oposição, difundiu-se, entre os nacionais, o uso de distintivos patrióticos, como o laço verde e amarelo dos tempos da Independência e, particularmente entre os *exaltados*, o chapéu de palha e a flor sempre-viva na lapela. No dia 25 de março, aniversário da Constituição, novos tumultos foram observados. Quando assistia à parada militar que celebrava o ato, no campo da Aclamação, dom Pedro foi afrontado por cerca de 40 indivíduos, que passaram a provocá-lo, dando vivas à Constituição, à Independência e ao imperador *enquanto constitucional*; além disso, não foi convidado para o *Te Deum* organizado pelos liberais na igreja de São Francisco de Paula, mas assim mesmo compareceu, tendo, no entanto, que passar pelo constrangimento de ouvir vivas a dom Pedro II e a oração de graças pronunciada por frei Monte Alverne, carregada de referências críticas

7

ao despotismo e de elogios à liberdade (MONTEIRO, 1982: 197-199; ARMITAGE, 1981: 219-220). No dia 29, foi abafada uma rebelião que estaria sendo planejada pelos criados do Paço Imperial de São Cristóvão, liderados por Manoel da Paixão, que, segundo o processo instaurado, estaria arregimentando escravos para participarem do movimento (REBELIÃO DO PAÇO, 1831). No dia seguinte, mais de 600 pessoas compareceram armadas ao largo do Moura para defender um suposto ataque do 1º Batalhão de Caçadores e da *caixeirada portuguesa*, que, contudo, não houve. Em carta ousada dirigida ao imperador, publicada no dia 31 em *O Tribuna do Povo* (nº 26 - 31/3/1831), *Um Brasileiro Livre* fazia duras críticas ao “péssimo governo de V. M. I. e C.” e aos “mil abusos que V. M. praticou”, chamando-o de “traidor” e alertando-o que “hão de os Brasileiros sustentar a Constituição à custa da própria vida, e punir seus inimigos quaisquer eles sejam”.

O mês de abril iniciou-se trazendo maus presságios para o imperador. No dia 1º, diversos participantes de uma procissão que passava pelo largo do Paço recusaram-se a tirar o chapéu para saudar o governante, que aparecera na sacada do palácio para prestigiar a manifestação. Pouco depois, espalhou-se a falsa notícia de que vários brasileiros haviam sido assassinados por portugueses na rua da Quitanda, o que levou um grupo de homens, liderado pelo redator d’*O Republico*, a marchar até o largo do Moura, onde, em frente ao Arsenal de Guerra, proferiram discursos inflamados, clamando por vingança. Nas noites seguintes, cerca de 400 pessoas mantiveram-se de prontidão junto às tropas ali aquarteladas, para rechaçar qualquer investida portuguesa (FARIA, 1831). Armitage (1981: 219) conta que conspiradores distribuía “publicações incendiárias” entre os soldados, os quais, “sendo pela maior parte homens de cor, imbuídos de fortes prejuízos contra os portugueses, não resistiram à sedução”.

A esta altura, já eram patentes as ligações políticas estreitas dos *liberais exaltados* com as tropas. Tais relações eram mesmo alardeadas publicamente pelos próprios *exaltados*, como o fez Borges da Fonseca em seu jornal. Em *O Republico* (nº 51 - 30/3/1831), agradecia o acolhimento que teve, juntamente com Muniz Barreto, nos quartéis da Artilharia de Posição, por ocasião da iluminação que estes corpos fizeram no dia 25 de março para comemorar o aniversário da Constituição. Os dois, ao lado de “alguns outros bons Brasileiros”, tinham sido convidados para um bródio preparado pela oficialidade, e lá permaneceram até às duas horas da manhã, entusiasmados pelas “sublimes peças poéticas” improvisadas por Muniz Barreto (provavelmente de conteúdo político, como de costume); foram então gentilmente levados em

8

casa pelo brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos, acompanhados de toda a oficialidade, “para nos livrar de algum encontro que pudéssemos ter com os malvados *marinheiros*”.⁹ O publicista elogiava, portanto, esses “militares livres, e verdadeiros defensores da liberdade do Brasil e da Constituição com a sua reforma federal”, frisando, assim, os laços políticos que uniam os *exaltados* às tropas. Por fim, aludindo a dom Pedro, declarava: “É assim que a liberdade vai tocando a todos os corações, e os tiranos se iludem se pensam que há Brasileiros que defendam seus iníquos e detestados planos. Sirva-lhos a artilharia de posição de norte, e por ela guiem seus passos, pois como elas são muitos outros corpos que se acham na corte”.

A tensão e a agitação na cidade aumentavam a cada instante. “Tem havido por noites repetidas, reuniões numerosas no Largo de Moura”, noticiava a *Aurora Fluminense* (nº 468 - 6/4/1831), ao passo que *O Republico* (nº 53 - 6/4/1831) informava: “A matança, a carniceria continua, e a guerra civil está aberta”. Mas, enquanto o primeiro jornal, alarmado, pedia mais cautela à população, para que se deixasse conduzir pelos representantes da nação, o segundo, indignado com a morte por esses dias de “alguns dos nossos patrícios nas mãos dos assassinos marinheiros”, convocava os brasileiros às armas para serem os “vingadores desse insulto”. Nas palavras de Monteiro (1982: 205), era mesmo a rua quem governava neste momento. Completava-se, assim, nas ruas, o processo (também levado a cabo na imprensa e no Parlamento) de deslegitimação da autoridade pública e política de Pedro I, incapaz de manter agora o controle que um dia tivera sobre o espaço público (SOUZA, 1999, Cap. 7).

Sem conseguir conter as agitações e preservar a ordem pública, o *Ministério dos brasileiros*, juntamente com o comandante de polícia, é demitido na noite do dia 5, e outro gabinete é nomeado por dom Pedro, formado por áulicos. É a gota d’água para a variada gama de descontentes com a política do imperador. Já na manhã do dia 6, uma multidão começa a tomar conta do campo da Aclamação, habitual ponto de manifestações públicas da cidade.¹⁰ Gente livre e escrava de todas as camadas sociais – profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, artesãos, caixeiros, vendedores ambulantes, quitandeiros,

⁹ *Marinheiro* era outra alcunha pejorativa dada aos portugueses pelos brasileiros.

¹⁰ O relato a seguir é baseado, sobretudo, no depoimento de Faria (1831), de onde foram extraídas as citações. Também foram úteis as descrições dos jornais, particularmente *O Tribuno do Povo* (nºs 27-31 - 14/4/1831-9/5/1831), *Aurora Fluminense* (nº 470 - 11/4/1831), *Nova Luz Brasileira* (nº 131 - 15/4/1831) e *O Republico* (nº 54 - 15/4/1831), assim como os testemunhos de Armitage (1981, 223-225) e Daiser (1918). Ver, ainda, Monteiro (1982: 208-225); e Duque-Estrada (1998: cap. IX).

carregadores, cocheiros e marinheiros – para ali afluíam, em estado crescente de exaltação. À frente de todos estavam figuras conhecidas da cena pública da época, como os redatores d’*O Republico*, Borges da Fonseca, d’*O Tribuno do Povo*, Francisco das Chagas de Oliveira França, da *Nova Luz Brasileira*, Ezequiel Corrêa dos Santos (e seu colaborador, João Baptista de Queiroz), assim como os deputados Odorico Mendes, Custódio Dias e Vieira Souto.

Em meio a discursos inflamados, vivas são dados à Constituição e à Independência do Brasil, como se fossem coisas opostas a Pedro I. Boatos circulam, falando em golpe de Estado, suspensão das garantias, prisão de senadores e morte de deputados, aumentando a tensão e a animosidade entre os manifestantes. Crescia a disposição para o rompimento definitivo com o imperador, embora ainda se guardassem esperanças de que a restituição do ministério deposto pudesse remediar a situação. Bandos armados percorrem as praças e ruas da cidade, espalhando o clima de revolta. O comércio rapidamente fecha suas portas. Por volta das três horas da tarde, chegam ao campo juízes de paz de diversas freguesias para se juntarem ao protesto. Em seguida, o comandante das armas da Corte, general Francisco de Lima e Silva, envia o major Miguel de Frias e Vasconcellos, ligado aos *exaltados*, à Quinta da Boa Vista para comunicar a dom Pedro o que estava se passando. Enquanto isso, chegava ao campo uma proclamação do imperador, lida para a multidão pelo juiz de paz Custodio Xavier de Barros. Nela, dom Pedro afirmava que não havia motivo para desconfianças contra sua pessoa, e dava a “Imperial palavra” de que era “Constitucional de coração”, pedindo, então, aos brasileiros que confiassem nele e no novo ministério, o qual estaria “animado dos mesmos sentimentos do que eu”; por fim, instava por “União, e tranquilidade, obediência às Leis, respeito às autoridades constituídas”. Todavia, antes que o juiz de paz pudesse concluir a leitura, a proclamação é arrancada de suas mãos e rasgada pelos manifestantes, irritados com a insistência do imperador em não atender a vontade soberana do povo. O movimento então se radicaliza, e surgem gritos de morra o imperador e viva a federação e a república, concorrendo com outros vivas dados a dom Pedro II. Por trás da aparente unidade da manifestação, aspirações diversas tinham lugar e disputavam a simpatia da multidão.

Por volta das cinco e meia da tarde, uma delegação de três juízes de paz é enviada ao Paço de São Cristóvão com uma representação exigindo a reintegração do ministério deposto. Defendendo seu direito constitucional de nomear e demitir livremente os ministros de Estado, dom Pedro recusa-se novamente a ceder, tendo declarado que “Eu sou mais Constitucional

que todo o brasileiro nato, e mais Constitucional mesmo que os Sn^{es}. Juízes de Paz [...] se o povo não me acredita, eu não acredito no povo; tudo para o povo e nada do povo”. Quando os juízes de paz retornaram ao campo, às sete horas da noite, e relataram a resposta do monarca, romperam gritos de “*morra o traidor! está descoberta a traição! às armas, cidadãos!*”. Uma deputação, composta por Vieira Souto e Odorico Mendes, dirige-se, então, ao general Lima e Silva para comunicar a firme resolução de todos os presentes de empregar quaisquer meios e sacrificar as próprias vidas para conseguir seus intentos, esperando que fossem os mesmos os sentimentos do comandante e de suas tropas. Este, simpático ao movimento desde o início, mas sempre cauteloso, decide ir pessoalmente à São Cristóvão para sondar as intenções do imperador e convencê-lo da gravidade da situação. Dom Pedro foi mais uma vez inflexível; parecia não acreditar na abrangência do movimento e na disposição dos manifestantes.

As tropas, todavia, já há muito envolvidas com os *exaltados*, aguardavam apenas uma oportunidade para se sublevarem. Insufladas por grupos que durante todo o dia promoviam pequenos comícios na frente dos quartéis, falando do papel sublime a que estariam destinadas a cumprir naquele momento, não esperaram pela decisão de seu comandante, e começaram a marchar por conta própria para o campo da Aclamação. Os primeiros a chegar são o 1º e o 2º corpos de Artilharia de Posição – os mesmos que haviam confraternizado com o bando d’*O Republico* –, comandados pelo brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos. Logo chegam também o 1º batalhão de Granadeiros, três batalhões de Caçadores e o corpo de Artilharia de Marinha (que até então estava incumbido da patrulha da cidade). Dois batalhões improvisados de civis, dirigidos por oficiais, também vieram se reunir aos manifestantes. Armas trazidas dos quartéis vizinhos são entre estes distribuídas. Por volta das onze horas da noite, aderem ao movimento, vindos da Boa Vista, a Artilharia Montada e o batalhão do Imperador, comandado por Manoel da Fonseca Lima e Silva, que vinha acompanhado de um de seus irmãos, José Joaquim de Lima e Silva, ajudante de campo do imperador.

Ao perceber a movimentação das tropas, Francisco, terceiro dos irmãos Lima e Silva, despacha outra vez Miguel de Frias para São Cristóvão, em última tentativa de convencer o imperador. Este, desta vez, decide transigir em parte, aceitando demitir o ministério do dia 5, mas se negando a reintegrar o anterior. Escolhe Nicolau Vergueiro para formar novo gabinete, encarregando o intendente de Polícia, Caetano Maria Lopes Gama, de localizá-lo. O senador, entretanto, não é encontrado, e, após algum tempo de espera, Frias avisa ao imperador que

não poderia mais aguardar, pois sua demora em retornar ao campo seria vista com suspeição, e então nada mais iria evitar que a multidão explodisse em ações violentas e instituisse um governo revolucionário. Ao mesmo tempo, dom Pedro era informado que as últimas unidades militares fiéis – a Guarda de Honra e uma bateria de Artilharia – abandonaram o palácio e marchavam em direção ao campo da Aclamação para se juntarem aos rebeldes.

Vendo-se completamente sem apoio (ao seu lado estavam apenas a imperatriz Amélia, os ministros, o conde do Rio Pardo e os representantes diplomáticos da Inglaterra e da França, Aston e Pontois) e ciente de que ceder naquele momento não iria salvar sua coroa, e somente abriria espaço para outras exigências mais profundas, dom Pedro decide, afinal, tomar a única atitude que talvez lhe restasse àquela altura dos acontecimentos: abdicar em favor de seu filho, de apenas cinco anos de idade. Por volta das três horas da manhã do dia 7, a carta de abdicção¹¹ era entregue ao major Frias, para que logo fosse lida ao *povo e tropa*.

A notícia foi recebida com grande júbilo no campo da Aclamação e em toda a cidade, por onde, ao raiar do dia, foram espalhadas cópias impressas do decreto. Em meio às comemorações, versos patrióticos eram recitados, hinos cívicos cantados e vivas eram dados a dom Pedro II, *Imperador Constitucional do Brasil*. Na euforia da vitória, pareciam esquecidos os gritos de outrora, dando vivas à república. Nomeada uma Regência Trina Provisória naquela mesma manhã, *Povo e Tropa* mantiveram-se, contudo, postados na praça central dos acontecimentos, mesmo após a partida do ex-imperador para a Europa, no dia 13, a bordo da fragata inglesa *Volage*. Ali permaneceram, confraternizando-se, até o dia 15, quando celebrou-se, na igreja de São Francisco de Paula, um solene *Te Deum*, e uma parada cívica marcou a retirada triunfal dos *patriotas* (munidos de flores e de folhas verdes e amarelas) em direção à igreja; à frente do cortejo, e precedidos pelo agora regente Francisco de Lima e Silva, vinham os oficiais, desarmados e de braços dados com os paisanos, “em sinal de unanimidade de sentimentos”, enquanto os juízes de paz a tudo assistiam, do alto de seus cavalos, laureados com coroas cívicas ao ombro esquerdo. Naqueles dias, como testemunhou Carl Seidler (1980: 322), com certa ironia, todos “contavam uns aos outros coisas do heroísmo brasileiro, do amor à liberdade e do ‘espírito nacional que atingia as estrelas’. Não

¹¹ Dizia sucintamente a carta: “Usando do Direito, que a Constituição me concede, Declaro, que eu mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho, o Senhor Dom Pedro de Alcântara. - Boa Vista 7 de Abril de 1831. 10º da Independência e do Império. - Pedro”.

havia na terra povo mais enérgico, mais grandioso; todo mulato esfarrapado imaginava que era príncipe, porque a seu ver o nobilitava o ‘*eu sou brasileiro verdadeiro*’”.

De fato, para aqueles que participaram de alguma forma dos acontecimentos, a Abdicação revestia-se do cunho de um *acontecimento fundador*, de uma verdadeira *revolução*, ao romper com um passado proscrito e inaugurar uma nova ordem política e social. Uma revolução exemplar e única na história, porque feita com moderação, sem derramamento de sangue, mediante a união de todos os patriotas brasileiros e de forma a consagrar a *liberdade* no país. Uma revolução, todavia, que, bem de acordo com as *luzes* mitigadas da ilustração ibérica, representava uma ruptura pacífica, a qual não deixava, porém, de assinalar uma continuidade com os ideais da Independência de 1822.¹² Ao retomar, nesta revolução, seu ponto de partida, a nação operava uma transformação, que a recolocava no caminho da *civilização*. Tratava-se, neste sentido (em alusão à denominação dada pelos portugueses ao movimento vintista), de uma autêntica *Regeneração brasileira*.

Estes significados foram amplamente difundidos logo após a Abdicação, sobretudo por intermédio da imprensa. Estavam presentes nos artigos dos jornais, nos panfletos, nas declarações das autoridades e nas palavras dos cidadãos comuns. Já no dia seguinte à queda do imperador, foram celebrados em duas proclamações que circularam pela cidade. A primeira, assinada por Luiz Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque (1831: 1), em nome dos representantes da nação, exaltava o 7 de Abril como um “*acontecimento extraordinário*”, uma “*revolução gloriosa*”, um “*sucesso ainda não visto*”, promovido pelos “*esforços e patriótica união do Povo e Tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada uma só gota de sangue*”; ainda segundo o documento, no “*dia 7 de Abril de 1831 começou a nossa existência Nacional*”, sendo certo que “*a Independência da nossa pátria e as suas Leis vão ser desde este dia uma realidade*”. A proclamação foi distribuída gratuitamente à população, assim como outro panfleto contendo as atas das sessões extraordinárias da Assembleia Geral dos dias 7 e 8 de abril, relativas às resoluções tomadas pelos parlamentares a respeito da organização da Regência Trina Provisória (BRASIL, 1831: 1). A outra proclamação é de Borges da Fonseca (1831: 1), que também via o 7 de Abril como “*a nossa Revolução*”, por meio da qual “*com tanta facilidade nos regeneramos*”; segundo o redator d’O

¹² Para essa ideia, ao mesmo tempo cíclica e linear, de *revolução* no contexto intelectual do iluminismo, cf. FALCON, 1989: 74.

13

Republico, “nem um exemplo ainda deu nação alguma de libertar-se com tanta ufania sem derramar uma só gota de sangue: ainda em parte alguma o Povo e a Tropa se irmanou tanto para a defesa de uma só Causa, a Causa da Liberdade Nacional”.

Não era outro também o discurso dos jornais. No mesmo dia 8, a *Aurora Fluminense* (n^{os} 469 - 8/4/1831, e 470 - 11/4/1831) abria sua edição exaltando: “Uma revolução, a mais assombrosa por seus amplos efeitos, e pela marcha que tem seguido, ocorreu no Brasil”; como tudo fora feito sem que a ordem pública fosse perturbada, “A nossa revolução gloriosa em nada teve que invejar aos 3 dias de Paris”, tendo-se observado “atos de desinteresse e de generosidade” até mesmo entre “pessoas da mais infeliz posição social” que participaram do movimento. Por sua vez, a *Nova Luz Brasileira* (n^o 131 - 15/4/1831) enalteceu o 7 de Abril como o advento de uma nova era, que pôs fim à tirania e consagrou a “Liberdade Americana” no país; um dia em que os brasileiros “começam finalmente a possuir uma PÁTRIA; e o Brasil vai-se querendo situar na América Livre”. Já *O Tribuna do Povo* (n^{os} 27 - 14/4/1831, e 31 - 9/5/1831) destacava, nesta “Revolução tão gloriosa”, a “admirável união do Povo com a Tropa, assim como a moderação dos Brasileiros depois da vitória”, o que seria um inequívoco “Rasgo de civilidade que tanto honra os Brasileiros”.

As mesmas referências são encontradas nos panfletos que celebraram o movimento. Em sua *Breve Historia dos felizes acontecimentos politicos no Rio de Janeiro nos dias 6, e 7 de Abril de 1831*, Faria (1831) reiterou a visão do 7 de Abril como uma revolução única e exemplar na história: “Povos do universo! eia! vinde e aprendei!... Roma [...] Vede como os Brasileiros regeneraram a Pátria só com o grito unânime de ‘Viva a Nação!’ [...] França! admirai os progressos de vossa lição ao povo Brasileiro! [...] vereis, como sem uma gota de sangue o Brasil é Brasileiro! Admirai a unanimidade de nossas vontades; admirai como em uma tarde o Brasil, é livre da opressão”. Da mesma forma, o panfleto anônimo *Rezumo Istorico da Revolussão Rejeneradora do dia 7 d’Abril* (reproduzido em *O Republico*, n^o 54 - 15/4/1831) também vangloriava: “Os três dias da França, a revolução da Bélgica, a mais audaz da Polônia, tiveram lugar em menos de um ano, e hoje vemos aqui, no continente Americano, um Império nascido a menos de dez anos, e já maduro para uma regeneração, e esta se realizar com uma rapidez, união, e moderação, que enchem de pasmo”; em seguida, frisava que “a vitória foi virgem de sangue, e de qualquer excesso”.

Toda uma memória nacional foi assim construída em torno do evento. É sintomático

que o palco central dos acontecimentos – o campo da Aclamação (denominação que aludia ao ato da aclamação de Pedro I como imperador do Brasil) – passasse a ser chamado, a partir de então, de campo da Regeneração, campo da Liberdade ou, mais comumente, campo da Honra. É bem revelador também o fato de que a participação naquela mobilização veio a ser tomada, principalmente pelos *exaltados*, como sinal de distinção, como atestado de patriotismo e de cidadania; seus ativistas ficaram conhecidos como os *Patriotas* ou os *Bravos do 7 de Abril*, em oposição àqueles que não compareceram ao campo da Honra no dia 6 ou que apareceram apenas “depois do meio dia seguinte, quando tudo estava feito” (*Nova Luz Brasileira*, nº 131 - 15/4/1831). No intuito de demarcar oficialmente a virada ocorrida, a Assembleia Geral erigiu, em outubro de 1831, o 7 de Abril como data cívica, incorporando-o ao calendário nacional (SOUZA, 1999: 349). Mesmo muito mais tarde, em 1855, o conservador Justiniano José da Rocha (1855, 15-16) assim se referiu ao episódio, em obra que marcou a historiografia sobre o Império: “No dia em que algum Tácito tiver de escrever a história da nossa terra, [...] que época lhe arrancará mais admiração e lhe revelará mais sublimes as virtudes cívicas do Brasileiro, os arcanos da força de vitalidade da nossa nação, do que a que sucedeu ao 7 de Abril de 1831? Não; povo nenhum moderno tem na sua história dias de mais honra!”. E, em seguida, completou: “Se o Brasileiro deve em sua gratidão bradar: ‘glória eterna aos homens de 1822,’ ‘não menos deve a sua gratidão exclamar: ‘glória eterna aos homens de 1831!’”.

Assim, conforme assinalou Le Goff (s/d: 24-27), os acontecimentos em si mesmos não são, em geral, criadores de mudanças; mas, enquanto *ideia de acontecimento*, constituem-se em revelador e acelerador das mudanças, cumprindo a função de concatenar certo número de evoluções, de transformações, que se achavam, até então, dispersas e isoladas umas das outras. Neste sentido, para os contemporâneos e promovedores do 7 de Abril na Corte, estes eram momentos vividos intensamente, que pareciam assinalar a criação de um tempo novo, repleto de expectativas e intenções, capaz de obscurecer quaisquer vínculos de continuidade com o tempo pretérito nefasto de opressão do Primeiro Reinado.

Estavam em aberto, assim, possibilidades diversas neste momento. A coligação de forças liberais que promovera a queda de Pedro I tinha caráter puramente instrumental, uma vez que abrigava em seu seio projetos políticos bem distintos. Enquanto os *moderados* pretendiam circunscrever as reformas a serem adotadas ao alargamento das liberdades políticas e civis, sem comprometer a ordem social ou o regime estabelecido, os *exaltados*

almejavam operar transformações muito mais amplas, avançando sobre questões de ordem não só política, como também social. Os radicais defendiam, em geral, a implantação de uma república democrática e do sistema federalista, a supressão do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado, a separação entre Igreja e Estado, a emancipação gradual dos escravos, uma relativa igualdade social, para além da jurídica, o incentivo à indústria nacional, e até o sufrágio universal e uma espécie de reforma agrária. Logo, não procede a afirmação de Guimarães (1990: 9) de que o movimento do 7 de Abril “não trouxe em seu bojo concepções vanguardistas que pudessem implicar nem na desestabilização do regime, nem na subversão das hierarquias sociais”. Tal interpretação tende a consagrar apenas a participação dos *moderados* e obscurece, ou a reduz à de seus aliados de ocasião, a atuação dos *exaltados*, não permitindo entrever as diferenças substanciais que marcavam os projetos políticos e as trajetórias dos dois grupos na Corte. Ficaria marcada, então, a célebre frase de Ottoni (1916: 209), expressando o sentimento de desilusão e de frustração dos *exaltados* com o movimento que ajudaram a promover: “O 7 de abril foi um verdadeiro *journée des dupes*. Projetado por homens de ideias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratclifs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra”; em seguida, concluía o antigo líder *exaltado* mineiro: “vi com pesar apoderarem-se os moderados do leme da revolução, eles que só na última hora tinham apelado conosco para o juízo de Deus!”¹³

De todo modo, também não é possível afirmar que o 7 de Abril foi meramente “um desquite amigável entre o Imperador e a nação, entendendo-se por nação a minoria política que a representa”, como supôs Nabuco (1997: 52 do v. 1), na magistral biografia de seu pai. E, tampouco, acreditar, como Armitage (1981: 226), que o movimento “nada mais foi do que uma sedição militar”. Significaria isto ignorar toda a sua dimensão popular. Muito mais do que produto de um simples arranjo das elites, a *Revolução do 7 de Abril* foi resultado não só das tramas políticas urdidas no Parlamento, nas sociedades secretas, nos quartéis e nos meios letrados da Corte em geral, mas também da forte pressão popular, manifesta nas frequentes manifestações de rua de descontentamento e protesto – envolvendo, por vezes, centenas de

¹³ Bem antes, *O Tribuno do Povo* (nº 44 - 14/2/1832) já lamentava: “Nós fomos iludidos por homens traidores que não havendo jamais figurado em cenas Políticas durante a grande luta dos Governados contra os Governantes, apareceram subitamente no momento da Regeneração pregando doutrinas de caridade, e procurando desviar a marcha da Revolução para encaminhá-la a seus fins”.

16

peças – que se multiplicaram por toda a cidade ao longo do mês de março e na primeira semana de abril, e que culminaram na grande mobilização do dia 6, reunindo cerca de 4.000 pessoas. Como apontou Fazoli Filho (1994: 15), “A crise que derrubou o Primeiro Reinado contou com um ingrediente novo e sumamente representativo: a participação ativa das massas populares, ligadas, no início, aos indivíduos de mais radical oposição ao absolutismo”. O 7 de Abril consagrou o espaço público como arena de luta dos mais diversos grupos políticos e segmentos sociais, marcando a emergência de novas formas de ação política, em um momento em que a política se torna pública e as ruas se politizam.

Fontes citadas:

- ALBUQUERQUE, Luiz Francisco de Paula Cavalcante de. *Proclamação Diregida pela Reunião dos Representantes da Nação aos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Typographia de T. B. Hunt e C., 1831.
- ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de d. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil, de Southey*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981.
- BRASIL. Soberanos, etc. [*Abdicação de D. Pedro I, em 7 de Abril de 1831*]. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1831.
- DAISER, barão de. Sete de Abril (carta do Barão de Daiser, ministro d’Austria no Rio de Janeiro, em 1831). In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. 84. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.
- FARIA, Silverio Candido de. *Breve Historia dos Felizes Accontecimentos Politicos no Rio de Janeiro em os Sempre Memoraveis Dias 6, e 7 de Abril de 1831*. Rio de Janeiro: Typographia de Thomaz B. Hunt e C., 1831.
- FONSECA, Antonio Borjes da. *Compatriotas [Proclamação de A. Borges da Fonseca redator do Republico, concitando o povo à calma depois da abdicação de D. Pedro I]*. Rio de Janeiro: Typographia da Astréa, 1831.
- GARRAFADAS (Noites das). *Traslado do Processo aque deu motivo os Tumultos das Garrafadas do dia 13, 14, e 15 de Março de 1831*. B.N.R.J. - D.Ms., 6, 3, 12.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

17

- OTTONI, Theophilo Benedicto. Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas-Geraes. 2ª ed. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. LXXVIII - parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.
- REBELIÃO DO PAÇO. *Processo de encomenda para abafar a Rebelião do Paço que os Creados fizerãem em 1831. Manoel da Paixão criado pretendeu levar alguns escravos p.^a rebelião.* Quinta da Boa Vista, 29 de março de 1831. B.N.R.J. - D.Ms., I-28, 21, 19.
- REVOLUÇÃO DE 7 DE ABRIL DE 1831. *Acontecimentos dos dias 6 e 7 de Abril de 1831. Origens da abdicação de D. Pedro 1º.* S/d. B.N.R.J. - D.Ms., I-32, 6, 24.
- ROCHA, Justiniano José da. *Acção; reacção; transacção. Duas palavras acerca da actualidade politica do Brazil.* Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1855.
- SEIDLER, Carl. *Dez Anos no Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1980.
- HUM VERDADEIRO CONSTITUCIONAL (pseud.). *Defesa, ou fiel, e verdadeira exposição dos acontecimentos, que tiverão lugar no Rio de Janeiro, por occasião da chegada de SS. MM. II. nas noites de 11 a 15 de março, que ao respeitavel Corpo do Commercio, offerece Hum Verdadeiro Constitucional.* Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1831.

Bibliografia citada:

- DUQUE-ESTRADA, Luiz Gonzaga. *Revoluções brasileiras.* 3ª ed. São Paulo: UNESP / Giordano, 1998.
- FALCON, Francisco José Calazans. Da ilustração à revolução – percursos ao longo do espaço-tempo setecentista. In: *Acervo*, v. 4 - nº 1. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça - Arquivo Nacional, janeiro-junho de 1989.
- FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O período regencial.* 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- KATO, Ruth Maria. *Revoltas de rua: o Rio de Janeiro em três momentos (1821-1828-1831).* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais -

Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

- LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o 1º Reinado*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- RIBEIRO, Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2002.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831*. São Paulo, UNESP, 1999.